

RAZÃO HERMENÊUTICA: FENOMENOLOGIA, HERMENÊUTICA E PSICANÁLISE

Marcos José Alves LISBOA
Mestrado/PUC-Campinas

INTRODUÇÃO

Atualmente, em nossa cultura, o homem padece da rejeição de sua constituição ontológica, de um ressentimento provocado pelo cientificismo. A visão de mundo empobrecida, desfocada, turva diante dos riscos da unilateralidade moderna. Conseqüentemente, vivemos num mundo marcado por relações dicotômicas, conflitos na compreensão do outro, crise existencial e vazio ético.

As expressões lingüísticas do homem, que incluem a sua fala, são proporcionalmente ambíguas porque ao mesmo tempo revelam-no e ocultam-no. Entre duas formas de pensar, este ser é seduzido apenas por uma: *o cogito*, representante do voluntário, da intenção, da consciência.

Nestes termos, no processo de decifração do homem, reconhecemos a necessidade não apenas de uma ontologia ou de uma reflexão sobre o que ele é; de uma epistemologia ou de uma meditação sobre o que é o conhecimento dele, mas também de uma razão hermenêutica, cujo propósito é efetuar uma crítica às ilusões do sujeito, isto é, do que ele pensa ser ou conhecer.

O objetivo deste trabalho consiste, portanto, na caracterização da razão hermenêutica, a partir das contribuições de Paul Ricoeur, no contexto filosófico contemporâneo. No primeiro momento, então, analisaremos a questão do método fenomenológico e a hermenêutica e, a seguir, examinaremos como a psicologia se inscreve no debate hermenêutico filosófico contemporâneo. Por fim, trataremos das contribuições e do alcance dessas formas de reflexão para a razão hermenêutica.

HERMENÊUTICA E FENOMENOLOGIA A LINGUAGEM E O PROBLEMA DO DUPLO SENTIDO

O campo epistemológico abordado por diversos tratados filosóficos é a linguagem.

Na fenomenologia, o homem somente conhece a si mesmo através da linguagem. Ciências humanas ou naturais, religião, poesia também se apropriam de suas qualidades. E cercado por expressões de mundos tão diversos, o homem contemporâneo encontra a sua limitação. Envolvido na dinâmica da linguagem multívoca, o homem encontra-se confuso entre o aparente e o real.

Constatamos o equívoco das expressões na relação mostrar-ocultar do duplo sentido, não somente das palavras que velam o que querem dizer, mas também do símbolo. Diz Paul Ricoeur:

“A expressividade do mundo surge na linguagem através do símbolo como duplo sentido”. (Da Interpretação, São Paulo, 1974.p.23)

Esta discussão aponta para o exame de dois modelos de hermenêutica, a princípio, concorrentes: a restauradora de sentido, isto é, aceitação da realidade da mensagem, e outra, a desmistificadora de redução de ilusões. Ambas têm em comum a exigência da decifração, ou seja, da interpretação. Daí Ricoeur afirma:

“Portanto, se as expressões de duplo sentido constituem o tema privilegiado desse campo hermenêutico, logo é através do ato de interpretar que o problema se inscreve numa filosofia da linguagem.”.(ibid.:p.19)

No debate hermenêutico da linguagem estabelece-se qual a relação entre o “sentido primeiro” e “segundo”, entre o aparente e o real. Isso constitui um desafio à inteligência, às possibilidades de interpretação. Na verdade, há uma implicação recíproca entre o símbolo e a interpretação. Diz o nosso pensador:

“Todo mythos comporta um logos latente que exige ser manifestado. A interpretação pertence organicamente ao pensamento simbólico de seu duplo sentido”(Ibid.,p.26).

No âmbito da linguagem, essa “estrutura intencional” do símbolo não dá margem a uma consciência enquanto certeza de si mesma, mas há de deixar o pensamento livre e insatisfeito. Abre novos horizontes intelectuais. Descobre que a razão por si mesma não pode ser juiz da realidade, do estabelecimento de verdades absolutas expresso no sentido único das palavras, mas, nas múltiplas significações do duplo sentido do discurso. Daí Ricoeur afirma que:

“O símbolo não é uma não linguagem. O corte entre linguagem unívoca e multívoca passa através da linguagem. Talvez o trabalho incessante da interpretação seja aquele que revela essa riqueza, essa sobredeterminação do sentido e torna manifesta a pertença do simbólico no discurso integral”. (Ibid.,p.27).

A QUESTÃO DA UNIVOCIDADE

Na filosofia, o conflito das interpretações é uma constante. Desde a Antiguidade Clássica, a ontologia exige univocidade do sentido do ser: *“O ser é, o não ser não é”*, segundo Parmênides, e esta é a única essência buscada, conforme a tradição

grega. Em outras palavras, apenas um sentido é, verdadeiramente, válido para efetuar a devida compreensão e o diálogo entre os homens.

Tratar o problema sob o enfoque epistemológico, da relação sujeito-objeto não promove uma compreensão significativa. Há de se considerar também além de um “discurso do método” a existência, isto é, uma ontologia.

A reflexão de Scheleiermacher e Dilthey, no período da filosofia positivista foi, justamente, fundamentada na questão do conhecimento. Dilthey, sobretudo, estabeleceu um conhecimento da história à luz da crítica kantiana.

HERMENÊUTICA E O ENXERTO DA FENOMENOLOGIA

Husserl, na sua fenomenologia eidética, apontou para a compreensão do mundo vivido ou o não dito enquanto intencionalidade anterior à busca de conhecimento objetivo.

“Antes da objetividade, há o horizonte do mundo; antes do sujeito da teoria do conhecimento, há a vida prática a que Husserl, às vezes chama de anônima, não porque esteja a regressar por este desvio, a um sujeito kantiano impessoal, mas porque o sujeito que tem objeto é proveniente desta vida prática” (BLEICHER, J. *Hermenêutica Contemporânea*, Lisboa, Ed. 70, 1980.).

Na opinião de Ricoeur a abordagem estrutural, como o faz a semiologia e a semântica, empobrece a significação do real. A linguagem não precede o sujeito, porque é este (o que inclui o seu próprio corpo) quem fala e na fala está implicado e comprometido. Por exemplo, na psicanálise a relação entre a linguagem e o desejo, pode ser entendida como relação entre o dito e o não dito; o desejo que mascara a intenção, tolhe as palavras, logo, se não lhe decifrar

o sentido não será senhor de si mesmo. O sujeito vê-se, então, como Édipo diante do enigma da esfinge: *“Decifra-me ou devoro-te”*. Diz Paul Ricoeur:

“Antes que o sujeito se ponha consciente e voluntariamente ele já estava posto no ser ao nível pulsional. Esta anterioridade da pulsão com respeito à tomada de consciência e à volição significa anterioridade no plano ôntico com relação ao plano reflexivo, a prioridade do existo sobre o penso” (Conflitos da interpretação, São Paulo, Imago, 1972.p.222)

A subjetividade hipostaziada, na filosofia moderna, torna-se alvo, neste ponto, da razão hermenêutica ou uma hermenêutica da existência cujo princípio se traduz na eliminação das ilusões da consciência abstrata, confiante de si mesma, para revelar o ser autêntico. Ricoeur afirma:

“Uma filosofia reflexiva que tendo inteiramente assumido as correções e as instruções da psicanálise e da semiologia, toma um caminho longo e indireto de uma interpretação dos signos, privados e públicos, psíquicos e culturais, onde se exprimem o desejo de ser e o esforço para existir que nos constituem”. (Ibid.,p.223)

A relação entre hermenêutica e fenomenologia é necessária para a devida reapropriação de si pelo sujeito. Ricoeur defende que através do método fenomenológico, ao tratar da questão da linguagem e da intencionalidade, o homem poderá conhecer a si mesmo e dirimir o problema da falsa consciência.

“O ponto de partida fenomenológico de Ricoeur leva a uma ampliação da perspectiva do si e à reconsideração da relação entre fenomenologia e hermenêutica, especialmente na sua forma ontológico-existencial” (BLEICHER, *Hermenêutica contemporânea*, Lisboa, Ed. 70,1980, p.304)

Exibir os contornos de uma situação nesses moldes, no entanto, revela outro problema: a questão da univocidade traz no seu âmago a equivocidade. Diz Ricoeur:

“Se o homem interpreta a realidade dizendo algo de alguma coisa, é porque os verdadeiros significados são indiretos. Só atinjo as coisas atribuindo um sentido a um sentido. A predicação, no sentido lógico do termo, dispõe em forma canônica uma relação de significação que constrange a ressituar a teoria da univocidade.” (Da interpretação, São Paulo, Imago, 1974, p.30)

EXEGESE E O CONFLITO DAS INTERPRETAÇÕES

A exegese bíblica enquanto a interpretação das Sagradas Escrituras remete-nos à noção de texto. Mas, na contemporaneidade, essa noção se expandiu, principalmente com Paul Ricoeur. O texto pode ter um sentido mais amplo do que o convencional. Não somente a obra literária, mas também mitos, sonhos e a própria ação humana estão à espera de interpretação, decifração, inteligibilidade.

Entretanto, ainda nos deparamos com outro obstáculo à interpretação na filosofia moderna, encontramos dois modos antagônicos e excludentes de interpretação: desmistificação e restauração do sentido. De um lado, a escola da suspeita de Nietzsche, Marx e Freud. De outro, a fenomenologia da religião, representada por Mircea Eliade e a psicologia complexa de Jung.

O conflito das interpretações, no entanto, para Ricoeur supõe um lugar comum onde, tanto uma hermenêutica restauradora quanto a redutora se relacionam dialeticamente, na equivocidade do símbolo.

“As duas hermenêuticas, uma voltada para o ressurgimento de significações arcaicas pertencentes à infância

da humanidade e do indivíduo; a outra para a emergência de figuras antecipadoras de nossa aventura espiritual, outra coisa não fazem que desdobrar em direções opostas os esboços de sentido contidos na linguagem rica e cheia de enigma que os homens, ao mesmo tempo, inventaram e receberam para dizer sua angústia e sua esperança.” (Ibid.,p.401)

Não podemos compreender o que é interpretar sem um exame prévio da importância da fenomenologia e do estruturalismo com relação à filosofia hermenêutica.

A fenomenologia contribui com a noção de intencionalidade aplicada ao sentido, conferindo-lhe “*facticidade*”. A linguagem tem uma intenção, quer dizer algo. Ao interpretarmos tomamos contato com o sentido expresso no texto e o contexto do autor (a produção de sua obra). Então, a compreensão de si mesmo, isto é, apropriar-se do sentido manifesto no texto, seja dito ou não dito, escrito ou não, passa, obrigatoriamente pela compreensão do *outro*. Este *outro* não implica, exclusivamente a subjetividade, o pensar do autor ou interlocutor, mas outra dimensão: o existir. A existência precede o pensamento. Difícil imaginar o pensamento por si mesmo, pensamento pelo pensamento, sem corpo, isento dos testemunhos e as impressões causadas pelo viver, pela vida marcada e tolhida diante da morte, da finitude.

“O objeto de toda a investigação é vencer o afastamento, na distância, entre a época cultural passada a que o texto pertence e o próprio interprete. Ao vencer esta distância, tornando-se contemporâneo do texto, o exegeta pode apropriar-se do sentido de desconhecido, transforma em familiar, torna-o seu. O que procura, então é o desenvolvimento da compreensão de si mesmo através da compreensão do outro. Toda a hermenêutica é, desta forma, explícita ou implicitamente, uma compreensão de si mesmo através do outro.” (BLEICHER.J, Hermenêutica contemporânea, Lisboa, Ed. 70, 1980. p.343.)

Entende-se, desta forma, a importância do deus grego Hermes enquanto mensageiro dos deuses, intermediário entre mortais e imortais, como aquele que torna a mensagem inteligível para o diálogo.

“É significativo que Hermes se associe a uma função de transmutação, transformar tudo aquilo que ultrapassa a compreensão humana em algo que essa inteligência consiga compreender.” (PALMER, R. *Hermenêutica*, Lisboa, Ed. 70, 1969.p.24)

Em outras palavras, o *cogito* é sinônimo de ilusão, falsidade, mas este *cogito exaltado* da filosofia cartesiana foi demolido e humilhado. O conhecimento imediato não indica mais a verdadeira natureza humana, e tampouco a realidade que o cerca. O homem não é quem acredita ser. Logo, nesta relação do *cogito* como falso, o *si mesmo como o outro*, temos o aparente como verdadeiro. Portanto, a verdade de uma compreensão ontológica fundamenta-se na equivocidade simbólica da linguagem.

“A interpretação leva ao conhecimento indireto da existência. Não visa só o sentido de um texto; ao invés, o texto é interpretado com uma determinada intenção: a de compreender a existência que é expressa no texto. Por conseguinte, a interpretação é simultaneamente intencional e existencial.” (BLEICHER, J. *Hermenêutica contemporânea*, Lisboa, Ed. 70, 1980. p.315)

O estruturalismo, por sua vez, permite compreender a linguagem, se tomada isoladamente, como um sistema de sinais, signos, mas por constituir a objetividade do próprio texto, evita uma interpretação puramente subjetivista.

A HERMENÊUTICA ARQUEOLÓGICA: A PSICANÁLISE COMO REFLEXÃO FILOSÓFICA

Séculos de opressão, de violência à imaginação, ao símbolo marcam a história do pensamento ocidental. Um esforço

de restituir o direito de cidadania à função simbólica foi empreendido, mas no período de efervescência do positivismo sob critérios puramente intelectuais. Tal propósito acarretou na valorização excessiva do signo em detrimento do significado.

O método interpretativo da psicanálise traduz bem essa noção de redução aplicada à hermenêutica. Por essa razão analisaremos, sucintamente, seus princípios norteadores.

A arquitetura psicanalista repousa sobre alguns eixos basilares. Primeiramente a negação da liberdade individual manifestada na casualidade psíquica; a existência do inconsciente enquanto receptáculo de dados biográficos, sobretudo aqueles que dizem respeito à infância; superego ou o censor, cuja a função é manter submersos, na inconsciência, as intenções de cunho libidinoso; a libido ou “tendência sexual”; e a tensão existente entre libido e superego.

“A imagem , o fantasma é símbolo de uma causa conflitual que opôs, num passado biográfico muito recuado (geralmente nos primeiros anos de vida), a libido e os contra impulsos da censura. Assim, a imagem é sempre significativa de um bloqueio da libido, ou seja, uma repressão afetiva”(DURAND, G.A imaginação simbólica, São Paulo, Cultrix, 1969. p.43).

A imagem, assim, foi reduzida a um motivo sexual infantil, revestida de um caráter anômalo , patológico, perverso. Assim, todos os seres humanos estão fadados às manifestações da libido. Tal determinismo só poderia reduzir o símbolo a um signo, apenas a um significante meramente indicativo sob o crivo dessa “tendência”.

“O defeito essencial da psicanálise de Freud é o de ter combinado um determinismo rígido, que faz do símbolo um simples efeito-signo, com uma casualidade única: a libido imperialista”.(Ibid.,p.45)

As imagens são de caráter onírico. Os sonhos realizam, apenas, desejos infantis reprimidos. Além de uma conotação, simplesmente neurofisiológica isto quer dizer que os sonhos são idéias, pensamentos. Assim sendo, estão imbuídos de significado, sentido.

Enquanto a expressão de um desejo exige uma interpretação cuja importância associa-se às forças instintivas da pulsão, para apreender a mensagem do sonho é necessário considerar a dinâmica de forças que atuam na dissimulação, no disfarce desse mesmo desejo.

O cogito cartesiano é, poderíamos assim dizer, por analogia o consciente enquanto origem de sentido. Porém, o exame da importância dos sonhos revela algo, até então, desconhecido para o sujeito, o inconsciente, o involuntário.

Freud, no contexto científico de sua época, não poderia deixar de associar a linguagem aos méritos da razão.

A distinção entre os termos esclarecido (ou decifrado) e obscuro se reflete na relação entre o ego, a realidade e o Narcísico.

O que seria, então, o verdadeiro? Afirma Ricoeur:

“Realidade é aquilo que o neurótico perdeu; é aquilo que o neurótico voltou às costas porque a realidade é insuportável” (RICOEUR, P. Da interpretação, São Paulo, Imago, 1974, p.220).

A realidade e o ego possuem uma relação essencial entre si. Para Ricoeur “a realidade é o que faz face a um ego forte”(Ibid.,p.230), em outras palavras, o ego, enquanto centro da consciência, assim como o sujeito, é construído no processo histórico. Assim, a realidade passa a apresentar um novo significado, até então não apreendido pelo homem.

A consciência, portanto, segundo Ricoeur é tarefa, ponto de chegada e não de partida como pressupõe a filosofia do cogito.

O conceito de narcísico representa exatamente o obstáculo à apreensão da verdade. É encerramento em si próprio pelo sujeito. É atenção dirigida, exclusivamente à própria imagem como a mais digna de sentido. Diz o nosso filósofo:

“Era o narcisismo que colocava obstáculo às descobertas de Copérnico, porque elas nos retiravam a ilusão de ocuparmos o centro do mundo; foi ele que se opôs às teorias evolucionistas de Darwin, o qual nos faz recair no imenso fluxo de vida; é ele, enfim que resiste à psicanálise porque ela abala o primado e a soberania da consciência.” (Ibid.,p.230).

O narcisismo significa, todavia, a negatividade no processo dialético da compreensão do outro. O outro, enquanto universo exterior ao das experiências vividas, é o ser por trás dos desejos.

O princípio de realidade, segundo Ricoeur, reclama um exercício de crítica, de suspeita, destruição dos ídolos.

“O valor corretivo do útil torna-se manifesto a partir do momento em que se considera que o desejo é uma fonte infinita de fantasias. O desejo mistifica. O princípio de realidade é o desejo desmistificado.” (Ibid.,p.228).

As contribuições do método psicanalítico inspiram uma reflexão hermenêutica, isto é, uma reflexão articulada com o concreto da existência. A circunscrição do sentido está no exercício de uma arqueologia do sujeito, de um recuar ao passado, às situações vividas, para descobrir um sentido oculto.

A psicanálise de Freud se inscreve no campo das hermenêuticas redutoras, ao lado da etnografia, opondo-se às hermenêuticas instauradoras do sentido.

CONCLUSÃO

Apropriar-se de seu verdadeiro “eu”, de uma vida mais autêntica constitui desafio para a fundamentação última de uma ontologia e, conseqüentemente, de uma ética. Tal exercício filosófico requer uma arqueologia, uma interpretação, como é proposta pela psicanálise. Esta forma de reflexão, ao lado da fenomenologia e da hermenêutica asseguram, com propriedade, a condição da razão hermenêutica: estar livre de preconceitos (o que não significa neutralidade, mas despojar-se dos disfarces e artimanhas do “eu narcísico” ou daquele conhecimento que se coloca como origem do sentido, do real, do verdadeiro) para o homem compreender a si mesmo e aos outros, compreender que suas vidas estão entrelaçadas no desejo de ser e no esforço por existir. Desejo e esforço são o denominador comum desta compreensão calcada na existência e possuem uma relação essencial entre si: o desejo nutre o esforço, o desejo impele o ser vivo à ação. Para Heidegger o desejo é inerente ao homem, à sua natureza: “O ser para as possibilidades se manifesta como puro desejo.” (*Sein und Zeit*, § 41). O desejo indica falta ou, na concepção de Leibniz, carência. O esforço, enquanto possibilidade, está próximo da *δύναμις* grega. O que é, então, este vazio existencial vivenciado pelo homem deste fim de século?

Examinamos a importância do indivíduo, da individualidade autêntica, despojada dos aspectos da personalidade narcísica. O “eu” exige diferenciação do irrefletido, do inconsciente, deste indeterminável, cuja grandeza revela os limites da nossa consciência.

Assim, reconhecemos a tarefa vital da hermenêutica na articulação do falado (ligüístico) enquanto expressão do pensamento e a experiência vivida. No entanto, apesar da atenção voltada para o apelo ontológico, a hermenêutica arqueológica revela-se limitada, se considerarmos a equivocidade do símbolo, porque, segundo Paul Ricoeur, todo o símbolo é duplo. A própria história da

filosofia revela essa equivocidade da hermenêutica. De um lado, o significante simbólico da hermenêutica arqueológica e, de outro, há o significado, a revelação da essência, há uma hermenêutica escatológica contra os determinismos e as leis causais.

Na equivocidade simbólica, a negatividade da dialética promoveria a dissolução dessas hermenêuticas, aparentemente concorrentes. Coerentes, então, assumiriam o verdadeiro significado no processo de decifração do homem. A hermenêutica representaria, desta forma, a água-ígneia (mercúrio) que estaria entre o ar e a terra, na mesma proporção que Hermes, entre Apolo e Dionísio.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BLEICHER, R. *Hermenêutica contemporânea*, Lisboa, Ed 70, 1980, 384p.
- DURAND, G. *A imaginação simbólica*, São Paulo, Cultrix, 1962. 114p.
- JUNG, C. G. *O homem e seus símbolos*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1964, 311p.
- PALMER, R. *Hermenêutica*, Lisboa, Ed. 70. 1969, 284p
- RICOEUR, P., *Da interpretação*, São Paulo, Imago, 1974. 443p.
- _____, *Conflito das interpretações*, ensaios de hermenêutica, São Paulo, Imago, 1972.